



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
"Dr. Sebastião de Moraes" - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

O SUS EM SÃO PAULO E OS MUNICÍPIOS



Audiência Pública ALESP 20/10/2015



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

- 1) FINANCIAMENTO**
- 2) AS ATRIBUIÇÕES DOS MUNICIPIOS**
- 3) RELAÇÕES INTERFEDERATIVAS**

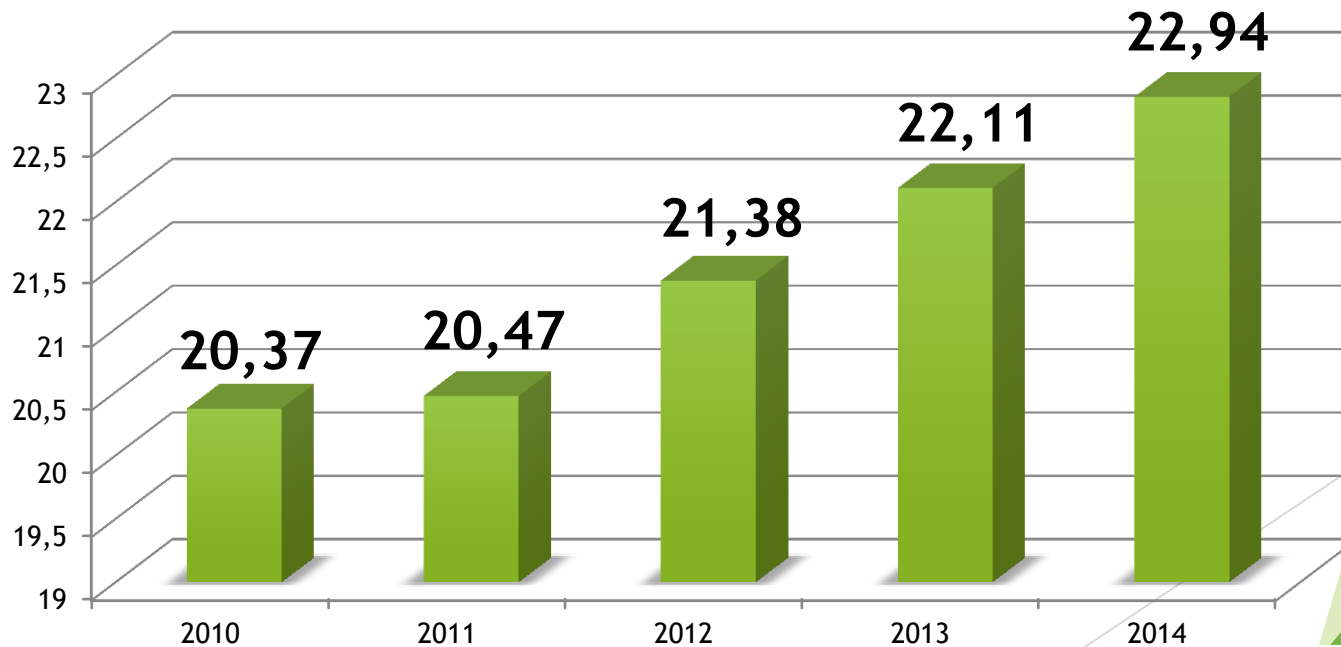


Regra de Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o Financiamento Tripartite

MUNICIPIOS: EC 29 e LC 141/2012	ESTADOS: EC 29 e LC 141/2012	UNIÃO: EC 29 e LC 141 (até 2015)
15% TRANSFERENCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS E IMPOSTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	12% TRANSFERENCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS E IMPOSTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	VALOR EMPENHADO DO ANO ANTERIOR + VARIAÇÃO DO PIB
		A PARTIR 2016: EC 86
		13,2% RECEITA CORRENTE LIQUIDA
		13,7% - 2017
		14,1% - 2018
		14,5% - 2019
15% - 2020		



- ✓ **23% da Receita, é a média da aplicação dos municípios brasileiros em saúde**
- ✓ **24% da Receita, é a média da aplicação dos municípios paulistas em saúde: 9% acima do mínimo constitucional**





- ✓ **O estado de São Paulo se mantém na faixa mínima constitucional de aplicação, com variação mínima em torno de 12%**

Despesas Estaduais Recursos Próprios com saúde e Percentual de Aplicação EC 29 – Estado de São Paulo

Ano	Despesas Saúde Recursos Próprios (R\$ Bilhões)	Percentual EC 29 (%)
2010	10.033	12,63
2011	11.251	12,83
2012	11.723	12,43
2013	13.083	12,43
2014	13.417	12,46

Fonte: SIOPS, extraído em 05/04/2015, 10h.



GASTO PÚBLICO TOTAL EM SAÚDE

- ✓ **30% dos recursos aplicados em saúde no Brasil é feito pelos Municípios.**
- ✓ **Estados entram com 26% e União com 44%**

Participação dos entes federados na Composição do Gasto Público em Saúde 2010/2014.

Ano	2010		2011		2012		2013		2014	
	R\$ (Bilhões)	%	R\$ (Bilhões)	%	R\$ (Bilhões)	%	R\$ (Bilhões)	%	R\$ (Bilhões)	%
União	61,97	44,73%	72,33	45,26%	80,06	45,25%	83,05	42,53%	89,44	44,54%
Estado	37,26	26,90%	41,49	25,96%	44,82	25,33%	52,25	26,76%	57,37	25,84%
Município	39,29	28,36%	46,01	28,79%	52,04	29,41%	59,97	30,71%	65,74	29,62%
Gasto Público Total	138,52	100%	159,83	100%	176,92	100%	195,28	100%	212,55	100%

Fonte: Dados Estaduais e Municipais: SIOPS em 05/04/2015 as 10:00hs. Dados da União: SPO/MS – COFIN/CNS e DESID/SE/MS.



- ✓ Desde a CF de 1988 os municípios vem assumindo novas e recorrentes responsabilidades sem o devido acompanhamento das receitas.
- ✓ A arrecadação de tributos municipais não cresceu na mesma proporção.
- ✓ Municípios arrecadam menos e proporcionalmente aplicam mais em saúde. Como comparação, a arrecadação estadual de impostos é maior em 20% que a dos municípios (*)

* Arrecadação *percapita* 2014: Estado de São Paulo: R\$ 2.445,55 e Municípios: R\$ 2.034,18 (média)



Financiamento estrutural do SUS

- ✓ Para o SUS **universal, integral e equânime**, as três esferas de governo destinam **por dia R\$ 2,9/pessoa** (R\$ 1.063,151 percapita/ano). Esses recursos se destinam a serviços de proteção, promoção e recuperação da saúde.
- ✓ Os planos de saúde destinam **por dia R\$ 7,72/pessoa** (R\$ 2.818,00 per capita/ano) e são beneficiados por isenções fiscais e empréstimos a juros subsidiados e sem a garantia plena de serviços.
- ✓ Fica evidente a capacidade do SUS de, mesmo com sua notória insuficiência de recursos, garantir a **oferta** de serviços desde atenção básica à alta complexidade de forma integral com **cobertura de toda população brasileira**



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

O SUS nos municípios paulistas



- ✓ Os municípios são responsáveis pela implementação e execução das ações e serviços de saúde, muito além da Atenção Básica:
 - Atenção Básica
 - Vigilância em Saúde, incluindo os serviços da dengue e zoonoses
 - Saúde Mental
 - Reabilitação
 - Saúde Bucal
 - UPAS
 - SAMU

- ✓ Boa parte dos municípios desenvolvem ações de média e alta Complexidade ambulatorial e hospitalar



✓ Atenção Básica

- 61% da população paulista coberta pelos parâmetros estabelecidos e pactuados tripartite;
- É o principal acesso à saúde.
- Responsável pelo acompanhamento das doenças crônicas, de idosos, gestantes e crianças
- Avaliação do PMAQ (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica): **22% DAS NOSSAS UBS ESTÃO "MUITO ACIMA DA MÉDIA NACIONAL"**.

Satisfação dos usuários	SP N= 14.136	BR N= 114.615
	2º CICLO	2º CICLO
Usuários que recomendariam a UBS a um amigo ou familiar	86,3%	86%
Usuários que NÃO mudariam de UBS se tivessem oportunidade	84,6%	82,3%



✓ **Municípios paulistas também respondem por:**

- 60% das consultas especializadas
- 53% das internações de média complexidade
- 32% das internações de alta complexidade

com financiamento da União insuficiente e sem complemento por parte do Estado

Produção Ambulatorial do SUS - São Paulo - por local de atendimento			
Qtd.aprovada por Ano processamento e Gestão			
Consultas Médicas Especializadas			
Período:2010-2014			
Ano	Gestão Estadual	Gestão Municipal	Total
2010	11.206.735	16.739.480	27.946.215
2011	12.008.655	17.025.163	29.033.818
2012	11.855.340	17.233.354	29.088.694
2013	11.913.661	17.837.339	29.751.000
2014	12.260.299	19.307.649	31.567.948
Total	59.244.690	88.142.985	147.387.675

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)



✓ SAMU

Art. 33. As despesas da Central de Regulação Médica das Urgências e das Unidades Móveis serão de responsabilidade compartilhada, de forma tripartite, entre a União, Estados e Municípios, correspondendo a parcela da União a 50% (cinquenta por cento), a do Estado, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) e a do Município, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor de referência. (Portaria 2026/2011)

Apenas dois estados não financiam o SAMU. São Paulo e o estado de Rondônia

ESTADO	CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL (SIM OU NÃO)	CO-FINANCIA		
		25% do valor repassado pelo MS por tipo de SAMU	Outra forma de co-financiamento - informar qual	repasses regulares mensais (Sim ou Não)
AC	SIM	GESTÃO ESTADUAL	-	-
AL	SIM	GESTÃO ESTADUAL	-	-
AM	Parcial	-	SES mantém a CR do Alto Solimões e o sistema de comunicação das bases. Já o SAMU de Manaus só irá receber co-financiamento quando se regionalizar	-
AP	SIM	-	Central e USA mantidos pela SES	-
BA	SIM	30%	-	SIM
CE	SIM	25% SAMU Fortaleza	Demais SAMU são estaduais	SIM
DF	SIM	GESTÃO ESTADUAL	-	-
ES	SIM	GESTÃO ESTADUAL	-	-
GO	SIM	25%	-	NÃO
MA	SIM	25%	-	NÃO
MG	SIM	50%	-	NÃO
MS	SIM	25% SAMU Campo Grande	SES mantém a CR Estadual e repassa 25% para bases descentralizadas	SIM
MT	SIM	25%	-	SIM
PA	SIM	-	50% para as CENTRAIS e 25% para as Ambulâncias	NÃO
PB	SIM	25%	-	SIM
PE	SIM	25%	-	SIM
PI	SIM	-	SES faz gestão da CR estadual e repassa 20% para as bases. Para os outros dois SAMU o repasse também é de 20%	SIM
PR	SIM	-	50 % para Central e USA	SIM
RJ	Parcial	-	SES mantém SAMU na capital porém para os demais a situação é a seguinte: 25% para o Médio Paraíba (Volta Redonda) de forma irregular / Baía da Ilha Grande (Angra dos Reis) tem pactuação porém nunca recebeu / Metropolitano 1 (Nova Iguaçu) Pactuou 25% para 2015 / Metropolitano 2 (Niterói) não obtivemos informações.	-
RN	SIM	25% SAMU municipais	SES mantém a Central Estadual e custeia os médicos das USA e custeia a manutenção, combustível e insumos dos veículos	NÃO
RO	NÃO	-	-	-
RS	SIM	GESTÃO ESTADUAL	-	-
RS	SIM	-	01 Central de Gestão Estadual e repassa aos municípios dessa cobertura 93% para USA e 23% USB. Para os demais SAMU é repassado 50% para Centrais, 93% USA e 23% USB	SIM
SC	SIM	-	Centrais e USA mantidos pela SES	-
SE	SIM	GESTÃO ESTADUAL	-	-
SP	NÃO	-	-	-
TO	SIM	-	25% sobre o valor de habilitação s/ Amazônia Legal	NÃO



- ✓ **Orçamentos municipais da saúde são formados preponderantemente por recursos próprios e da União (repasses fundo a fundo).**
- ✓ **O apoio financeiro (custeio) do Estado diretamente aos municípios é restrito a:**
 - **Assistência Farmacêutica e insumos para o controle da glicemia: R\$ 2,36 percapita/ano e mais R\$ 0,67 para os municípios do Dose Certa**
 - **Pabinho (Piso da Atenção Básica): R\$ 3,00 percapita/ano.**
 - **Qualis Mais e Sorria São Paulo para municípios com maior vulnerabilidade**

1,64%
do orçamento
estadual da
saúde é
aplicado na
Atenção
Básica dos
municípios
(Siops 2014)



PARECER DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (RAG 2014):

7. Conclusão: Considerando todo o exposto na análise acima e com base na documentação constante do processo de verificação do RAG, apensada a este relatório, onde constam as atas das reuniões e outros documentos utilizados na avaliação do instrumento de gestão pelo CES-SP, conclui-se pela expedição de notificação ao Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo, Doutor Geraldo Alckmin, com recomendações para ajustes necessários e atingimento das metas propostas no PPA, consignadas como Plano Estadual de Saúde 2012/2015, aprovado no Pleno do Conselho Estadual de Saúde em 25-05-2012, desdobrado no exercício de 2014, como Programação Anual de Saúde 2014.

8. Recomendações:

- a) Que não sejam retirados recursos orçamentários e financeiros da Secretaria de Estado da Saúde na proposta orçamentária para 2015 e para o quadriênio posterior, considerando que a aplicação de 12% da Receita Bruta é o mínimo a ser aplicado e não o teto.
- b) Que o próximo Plano Estadual de Saúde tenha Metas mais objetivas, claras e quantificáveis.
- c) Que para o próximo Plano Plurianual a Secretaria de Estado da Saúde priorize apoio à Atenção Primária em Saúde com o fortalecimento de políticas, ações e serviços de saúde, incluindo de forma prioritária, aquelas voltadas às populações vulneráveis ou com especificidades em razão de gênero, raça, etnia, ciclos de vida, condições de vida, moradia e trabalho.



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

PROPOSTAS



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

- 1) Reformulação da política estadual de saúde, com a corresponsabilidade de gestão e financiamento por parte do estado aos programas e ações de saúde
- 2) Aumento gradual do co-financiamento na Atenção Básica de R\$ 3,00 para R\$ 12,00 (50% do valor da União)
- 3) Co-financiamento do SAMU e UPAS, no percentual de 25% do custeio
- 4) Regularização dos pagamentos das Santas Casas Sustentáveis e pactuação bipartite do Programa
- 5) Aumento gradual de 12% para 14% da aplicação em saúde



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

- 8) Apoio financeiro aos municípios mais afetados pela Dengue
- 9) Repactuação das relações interfederativas, valorizando o federalismo colaborativo e a autonomia administrativa e política dos municípios.
- 10) Instituir Câmara Mista para acompanhamento e aprimoramento das propostas, formada pela Comissão de saúde da ALESP, SES/SP e COSEMS/SP.



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

Muito Obrigada!

Diretoria do COSEMS São Paulo

